

País pagará R\$ 21 bilhões de juros

Orçamento da União para 98 revela que a dívida interna já corresponde a 32,6% do Produto Interno Bruto

No próximo ano o Governo terá uma despesa de R\$ 21 bilhões com pagamento de juros da dívida interna, o significa um salto de R\$ 15,8 bilhões em relação aos gastos deste ano. O Orçamento da União, encaminhado ontem ao Congresso Nacional pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, revela que o grande gargalo das finanças públicas é a dívida interna, correspondente a 32,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

No próximo ano, o superávit esperado pelo Governo deverá financiar 35,5% das despesas com encargos financeiros. A parcela restante, segundo o ministro do Planejamento Antônio Kandir, será custeada com a receita da venda das empresas estatais federal, no valor de R\$ 15 bilhões.

Outros R\$ 15 bilhões serão arrecadados com a venda de estatais estaduais. Mesmo assim, está adiado o ganho de todo o setor público de 1,5% do PIB este ano, porque até agora só foi possível acumular um superávit de 1,37% — já que os estados e municípios não estão conseguindo conter seus gastos, como pretendia o Governo.

Contenção - O Orçamento-Geral da União reflete o peso do elevado endividamento do setor público. Sem avan-

çar em relação aos resultados programados para este ano, a proposta orçamentária confirma o ritmo de contenção de gastos e prevê receitas totais de R\$ 187,5 bilhões contra despesas de R\$ 180 bilhões.

No final de 1998, o Governo espera acumular um superávit (receita menos despesas) de R\$ 7,4 bilhões - reservados para pagar parte dos juros da dívida interna. Esta meta de superávit de 0,8% do PIB - a mesma prevista inicialmente para este ano - só será possível graças ao reforço dos R\$ 8,2 bilhões que serão arrecadados com a continuidade, em 98, da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Brasil em Ação - O Governo aplicará em 98 40% da verba de R\$ 8,3 bilhões no programa Brasil em Ação, o carro-chefe da campanha de Fernando Henrique Cardoso à reeleição. Apesar de ter cortado R\$ 1 bilhão, em relação ao Orçamento do ano passado, dos recursos para financiamento de projetos, o Ministério do Planejamento reservou R\$ 3,4 bilhões para o Brasil em Ação. O programa contará também com outros R\$ 2,8 bilhões em verba de custeio. No total, R\$ 6,2 bilhões serão aplicados no principal programa de Fernan-

do Henrique. Cerca de 30% desse valor vão para a política fundiária.

Funcionalismo - Os números do Orçamento foram divulgados ontem pelo ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e refletem um cenário de crescimento econômico de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e uma inflação anual de cerca de 6% para o próximo ano. O ministro não esclareceu em que momento o Governo concederá um reajuste para o salário do funcionalismo público civil e militar. A estimativa de gastos com pessoal prevê um aumento de 10% em relação à verba destinada para este ano.

Kandir disse que o aumento de gasto com pessoal para R\$ 48,1 bilhões considera várias hipóteses e não apenas a de uma correção no salário do funcionalismo público, há três anos congelado.

As empresas estatais estarão investindo no próximo ano outros R\$ 16,4 bilhões, concentrados, basicamente, no setor de telecomunicações, petróleo e petroquímico. A análise da proposta orçamentária indica, ainda, que os projetos na área social somarão R\$ 18,3 bilhões, correspondente a 60,4% da parcela de recursos livres (R\$ 39,9 bilhões).

ORÇAMENTO 98 (EM R\$ BILHÕES)

187,5

Receita global. Valor reflete uma expectativa do Governo sem a emissão de títulos

180,0

Despesa total. Isso garantiria um superávit primário de R\$ 7,4 bilhões, além da expectativa de uma receita de R\$ 15 bilhões, proveniente das privatizações

6,2

Programa Brasil em Ação. Esse é o programa mais importante do Governo Fernando Henrique. Desse total, 30% serão destinados à política fundiária

21,0

Despesas com pagamento de juros da dívida interna. Esse valor indica um aumento nominal de R\$ 6,8 bilhões em relação aos gastos previstos para este ano

48,1

Pessoal e encargos sociais. O valor inclui um aumento de 10% em relação ao orçamento de 97. No entanto, o Governo não confirma a possibilidade de reajuste salarial para os servidores públicos

18,3

Saúde, Educação, Reforma Agrária e Assistência Social. De acordo com o Governo, esse valor significa que o gasto social per capita passará de R\$ 706,9 para R\$ 727,3 no próximo ano